

Retificação do Regulamento (UE) 2024/1358 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 14 de maio de 2024, relativo à criação do sistema «Eurodac» de comparação de dados biométricos para efeitos da aplicação efetiva dos Regulamentos (UE) 2024/1351 e (UE) 2024/1350 do Parlamento Europeu e do Conselho e da Diretiva 2001/55/CE do Conselho, para identificação de nacionais de países terceiros e apátridas em situação irregular, e de pedidos de comparação com os dados Eurodac apresentados pelas autoridades responsáveis dos Estados-Membros e pela Europol para fins de aplicação da lei, que altera os Regulamentos (UE) 2018/1240 e (UE) 2019/818 do Parlamento Europeu e do Conselho e revoga o Regulamento (UE) n.º 603/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho

(«Jornal Oficial da União Europeia» L, 2024/1358, 22 de maio de 2024)

1. Na página 24, artigo 12.º, n.º 1, alínea r):

onde se lê: «r) O número de conjuntos de dados objeto de marcação e de retirada de marca, nos termos do artigo 31.º, n.ºs 1, 2, 3 e 4;»,

leia-se: «r) O número de conjuntos de dados objeto de marcação e de retirada de marca, nos termos do artigo 31.º, n.ºs 1, 3 e 4;».

2. Na página 30, artigo 17.º, n.º 3:

onde se lê: «3. Se todos os dados referidos no n.º 1, alíneas a) a f) e alínea h), do presente artigo relativos a uma pessoa a que se refere o artigo 15.º forem registados no Eurodac, esses dados são considerados um conjunto de dados transmitido ao Eurodac para efeitos do artigo 27.º, n.º 1, alínea a-A), do Regulamento (UE) 2019/818.»,

leia-se: «3. Se todos os dados referidos no n.º 1, alíneas a) a f) e alínea h), do presente artigo relativos a uma pessoa a que se refere o artigo 15.º do presente regulamento forem registados no Eurodac, esses dados são considerados um conjunto de dados transmitido ao Eurodac para efeitos do artigo 27.º, n.º 1, alínea c), do Regulamento (UE) 2019/818.».

3. Na página 30, artigo 18.º, n.º 1, primeira frase:

onde se lê: «1. Cada Estado-Membro recolhe e transmite ao Eurodac os dados biométricos de cada pessoa com pelo menos seis anos de idade registada para efeitos de realização de um procedimento de admissão no âmbito do Regime da União de Reinstalação e de Admissão por Motivos Humanitários, o mais rapidamente possível após o registo referido no artigo 9.º, n.º 3, do Regulamento (UE) 2024/1356 e, o mais tardar, antes de chegar à conclusão sobre a admissão mencionada no artigo 9.º, n.º 9, do referido regulamento.»,

leia-se: «1. Cada Estado-Membro recolhe e transmite ao Eurodac os dados biométricos de cada pessoa com pelo menos seis anos de idade registada para efeitos de realização de um procedimento de admissão no âmbito do Regime da União de Reinstalação e de Admissão por Motivos Humanitários, o mais rapidamente possível após o registo referido no artigo 9.º, n.º 3, do Regulamento (UE) 2024/1350 e, o mais tardar, antes de chegar à conclusão sobre a admissão mencionada no artigo 9.º, n.º 9, do referido regulamento.».

4. Na página 31, artigo 19.º, n.º 2:

onde se lê: «2. Se todos os dados referidos no n.º 1, alíneas a) a f) e alínea h), do presente artigo relativos a uma pessoa a que se refere o artigo 18.º, n.º 2, forem registados no Eurodac, esses dados são considerados um conjunto de dados transmitido ao Eurodac para efeitos do artigo 27.º, n.º 1, alínea a-A), do Regulamento (UE) 2019/818.»,

leia-se: «2. Se todos os dados referidos no n.º 1, alíneas a) a f) e alínea h), do presente artigo relativos a uma pessoa a que se refere o artigo 18.º, n.º 2, do presente regulamento forem registados no Eurodac, esses dados são considerados um conjunto de dados transmitido ao Eurodac para efeitos do artigo 27.º, n.º 1, alínea c), do Regulamento (UE) 2019/818.».

5. Na página 33, artigo 21.º, n.º 2:

onde se lê: «2. Se todos os dados referidos no n.º 1, alíneas a) a f) e alínea h), do presente artigo relativos a uma pessoa a que se refere o artigo 20.º, n.º 1, do presente regulamento forem registados no Eurodac, esses dados são considerados um conjunto de dados transmitido ao Eurodac para efeitos do artigo 27.º, n.º 1, alínea a-A), do Regulamento (UE) 2019/818.»,

leia-se: «2. Se todos os dados referidos no n.º 1, alíneas a) a f) e alínea h), do presente artigo relativos a uma pessoa a que se refere o artigo 20.º, n.º 1, do presente regulamento forem registados no Eurodac, esses dados são considerados um conjunto de dados transmitido ao Eurodac para efeitos do artigo 27.º, n.º 1, alínea c), do Regulamento (UE) 2019/818.».

6. Na página 34, artigo 22.º, n.º 10:

onde se lê: «10. Se todos os dados referidos no n.º 2, alíneas a) a f) e alínea h), do presente artigo relativos a uma pessoa a que se refere o n.º 1 do presente artigo forem registados no Eurodac, esses dados são considerados um conjunto de dados transmitido ao Eurodac para efeitos do artigo 27.º, n.º 1, alínea a-A), do Regulamento (UE) 2019/818.».

leia-se: «10. Se todos os dados referidos no n.º 2, alíneas a) a f) e alínea h), do presente artigo relativos a uma pessoa a que se refere o n.º 1 do presente artigo forem registados no Eurodac, esses dados são considerados um conjunto de dados transmitido ao Eurodac para efeitos do artigo 27.º, n.º 1, alínea c), do Regulamento (UE) 2019/818.».

7. Na página 36, artigo 23.º, n.º 8:

onde se lê: «8. Se todos os dados referidos no n.º 2, alíneas a) a f) e alínea h), do presente artigo relativos a uma pessoa a que se refere o n.º 1 do presente artigo forem registados no Eurodac, esses dados são considerados um conjunto de dados transmitido ao Eurodac para efeitos do artigo 27.º, n.º 1, alínea a-A), do Regulamento (UE) 2019/818.».

leia-se: «8. Se todos os dados referidos no n.º 2, alíneas a) a f) e alínea h), do presente artigo relativos a uma pessoa a que se refere o n.º 1 do presente artigo forem registados no Eurodac, esses dados são considerados um conjunto de dados transmitido ao Eurodac para efeitos do artigo 27.º, n.º 1, alínea c), do Regulamento (UE) 2019/818.».

8. Na página 37, artigo 24.º, n.º 3, alínea c):

onde se lê: «c) Nos termos do n.º 8 do presente artigo, a data em que a pessoa em causa saiu ou foi afastada do território dos Estados-Membros;»,

leia-se: «c) Nos termos do n.º 7 do presente artigo, a data em que a pessoa em causa saiu ou foi afastada do território dos Estados-Membros;».

9. Na página 38, artigo 24.º, n.º 11:

onde se lê: «11. Se todos os dados referidos no n.º 2, alíneas a) a f) e alínea h), do presente artigo relativos a uma pessoa a que se refere o n.º 1 do presente artigo forem registados no Eurodac, esses dados são considerados um conjunto de dados transmitido ao Eurodac para efeitos do artigo 27.º, n.º 1, alínea a-A), do Regulamento (UE) 2019/818.».

leia-se: «11. Se todos os dados referidos no n.º 2, alíneas a) a f) e alínea h), do presente artigo relativos a uma pessoa a que se refere o n.º 1 do presente artigo forem registados no Eurodac, esses dados são considerados um conjunto de dados transmitido ao Eurodac para efeitos do artigo 27.º, n.º 1, alínea c), do Regulamento (UE) 2019/818.».

10. Na página 38, artigo 25.º, n.º 2, segunda frase:

onde se lê: «O conjunto de dados é conservado em conformidade com o artigo 29.º, n.º 1, para efeitos de transmissão nos termos dos artigos 27.º e 28.º.».

leia-se: «O conjunto de dados é conservado em conformidade com o artigo 29.º, n.ºs 1 ou 7, respetivamente, para efeitos de transmissão nos termos dos artigos 27.º e 28.º.».

11. Na página 39, artigo 26.º, n.º 5:

onde se lê: «5. Quando o Estado-Membro em causa o solicitar, os dados biométricos podem ser igualmente recolhidos e transmitidos em nome desse Estado-Membro por agentes das equipas da Guarda Europeia de Fronteiras e Costeira ou por peritos das equipas de apoio no domínio do asilo especificamente formados para o efeito, sempre que desempenhem funções e exerçam poderes em conformidade com os Regulamentos (UE) 2019/1896 e (UE) 2021/2303.».

leia-se: «5. Quando o Estado-Membro em causa o solicitar, os dados biométricos, dados alfanuméricos e, se existir, uma cópia digitalizada a cores de um documento de identidade ou de viagem podem ser igualmente recolhidos e transmitidos em nome desse Estado-Membro por agentes das equipas da Guarda Europeia de Fronteiras e Costeira ou por peritos das equipas de apoio no domínio do asilo especificamente formados para o efeito, sempre que desempenhem funções e exerçam poderes em conformidade com os Regulamentos (UE) 2019/1896 e (UE) 2021/2303.».

12. Na página 39, artigo 26.º, n.º 7:

onde se lê: «7. Se todos os dados referidos no n.º 2, alíneas a) a f) e alínea h), do presente artigo relativos a uma pessoa a que se refere o n.º 1 do presente artigo forem registados no Eurodac, esses dados são considerados um conjunto de dados transmitido ao Eurodac para efeitos do artigo 27.º, n.º 1, alínea a-A), do Regulamento (UE) 2019/818.».

leia-se: «7. Se todos os dados referidos no n.º 2, alíneas a) a f) e alínea h), do presente artigo relativos a uma pessoa a que se refere o n.º 1 do presente artigo forem registados no Eurodac, esses dados são considerados um conjunto de dados transmitido ao Eurodac para efeitos do artigo 27.º, n.º 1, alínea c), do Regulamento (UE) 2019/818.».

13. Na página 40, artigo 27.º, n.º 3:

onde se lê: «3. O Eurodac assegura, a pedido de um Estado-Membro, que a comparação referida no n.º 1 abrange os dados biométricos anteriormente transmitidos por esse Estado-Membro, para além dos dados biométricos de outros Estados-Membros.».

leia-se: «3. O Eurodac assegura que a comparação referida no n.º 1 abrange os dados biométricos anteriormente transmitidos por um Estado-Membro a que se refere esse número, para além dos dados biométricos de outros Estados-Membros.».

14. Na página 40, artigo 28.º, n.º 2, segundo parágrafo:

onde se lê: «O Eurodac assegura, a pedido de um Estado-Membro, que a comparação referida no n.º 1 abrange os dados da imagem facial previamente transmitidos por esse Estado-Membro, para além dos dados da imagem facial transmitidos por outros Estados-Membros.».

leia-se: «O Eurodac assegura que a comparação referida no n.º 1 abrange os dados da imagem facial previamente transmitidos por um Estado-Membro a que se refere esse número, para além dos dados da imagem facial de outros Estados-Membros.».

15. Na página 42, artigo 31.º, n.º 4, segunda frase:

onde se lê: «Esta marcação é conservada no Eurodac, nos termos do artigo 29.º, n.ºs 6, 7, 8, e 9, para efeitos de transmissão ao abrigo dos artigos 27.º e 28.º.».

leia-se: «Esta marcação é conservada no Eurodac, nos termos do artigo 29.º, n.ºs 6, 7 e 8, para efeitos de transmissão ao abrigo dos artigos 27.º e 28.º.».

16. Na página 57, artigo 54.º, n.º 9, alínea d):

onde se lê: «d) As autoridades competentes para proceder à recolha dos dados previstos no capítulo III do Regulamento (UE) 2024/1358 ao transmitir dados para o Eurodac para correspondências que surgiram durante a transmissão desses dados;».

leia-se: «d) As autoridades competentes para proceder à recolha dos dados previstos no capítulo III do Regulamento (UE) 2024/1358 ao transmitir dados para o Eurodac;».

17. Na página 61, artigo 63.º, n.º 5, primeira frase:

onde se lê: «5. As comparações de imagens faciais com o software de reconhecimento facial, como previsto nos artigos 15.º e 16.º do presente regulamento, aplicam-se a partir da data em que a tecnologia de reconhecimento facial tenha sido introduzida no Eurodac.».

leia-se: «5. As comparações de imagens faciais com o software de reconhecimento facial, como previsto nos artigos 27.º e 28.º do presente regulamento, aplicam-se a partir da data em que a tecnologia de reconhecimento facial tenha sido introduzida no Eurodac.».